

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
(Processo Administrativo nº 36303/2025)

A Prefeitura Municipal de BARREIRAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através do seu Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e instalação de persianas, destinadas a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Educação de Barreiras – BA, com instalação nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Barreiras, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.**

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h10min do dia 14/04/2026;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Empresas em regime de subcontratação ou, ainda, em consórcio, observando, para tanto, a disposição do art. 122, §3º da Lei 14.133/2021.

3.6.2. Empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

3.6.3. Empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.6.4. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Prefeitura de Barreiras e/ou quaisquer outros órgãos/entidades deste Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário do Município;

3.6.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.6.6. Empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

3.6.7. Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

3.6.8. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

3.6.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Instrumento Contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.10. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.11. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Instrumento Contratual agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu art. 3º.

3.7.1 A comprovação de que trata o subitem 4.7, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através desse documento:

a) Certidão simplificada da junta comercial.

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>. 5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do (a) licitante, ou de seu (ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo (a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Barreiras/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o (a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Barreiras/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o (a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do (a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O (A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu (ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os (As) licitante (s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

- 5.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação;
- 5.2.2. A conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- 5.2.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.2.4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. Informar o preço unitário do(s) lote (s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. Evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9 Independentes dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO POR ITEM.**

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00 (dez reais).**

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.11 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.12 Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO.**

6.12.1 A disputa será aberta com duração de 15 (quinze) minutos.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no item 6.12.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.12.3 Encerrado o prazo previsto no item 6.12.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.12.3.1 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.12.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.13 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.12.1; 6.12.2 e 6.12.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.14 Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

6.15 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16 Casos o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo (a) Pregoeiro (a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO VII, deverá dispor:

10.1.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

10.1.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

10.1.3. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.4. Conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

10.1.5. Conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

10.1.6. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

10.1.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.1.8 A licitante deverá apresentar em conjunto com a Proposta de Preços, as seguintes declarações:

- a) **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **nos preços propostos estão incluídas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;
- b) **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;
- c) **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;
- d) **DECLARAÇÃO informando endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
- e) **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, **informando que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Barreiras.**

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

11.2.1. Contiver vícios insanáveis;

11.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

11.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
12.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

12.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema.**

12.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

12.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

12.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 12.3. Deste edital.

12.7. HABILITAÇÕES JURÍDICA:

12.7.1. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.7.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.7.4 **Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.7.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.7.6. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.7.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.7.9. **Consórcio:** Não será admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de

grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

12.8. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

12.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

12.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.9. Qualificação Econômico-Financeira

12.9.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a) O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento extraídos do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial, juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

12.9.2. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada à transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

a) O Balanço Patrimonial disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD deverá ainda acompanhar os seguintes documentos:

1. Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
2. Termo de abertura e de encerramento;
3. Demonstração do resultado e exercício;
4. Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

12.9.3 No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 (um) deverá apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

12.9.4 No caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, deverá apresentar Balanço patrimonial e demonstrações contábeis devidamente registrado na Junta Comercial apenas do último exercício.

12.9.5 A comprovação da boa situação Econômico-Financeira da empresa será avaliada pelos seguintes índices, apurados com base no balanço apresentado, os quais deverão vir com os respectivos valores inseridos nas fórmulas abaixo, conforme estabelecido no Art. 69, da Lei No 14.133/2021.

Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,50$

Índice de Endividamento Geral $\leq 0,50$

12.9.5.1 O demonstrativo dos cálculos para obtenção dos índices acima será realizado em conformidade com as fórmulas a seguir:

a) Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

b) Índice de Endividamento Geral

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

12.9.5.2. As fórmulas em apreço deverão estar aplicadas em memorial de cálculos.

12.9.5.3. Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou item pertinente, comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial.

12.9.5.4. Apresentar **Certidão negativa de concordata e falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.

12.9.5.5. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

12.10. Qualificação Técnica

12.10.1 Comprovação de aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa executou fornecimento e instalação de persianas para ambientes internos, com características e quantidades compatíveis com o objeto deste certame.

12.10.2 O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar a execução satisfatória de fornecimento e instalação de persianas, incluindo serviços de medição, fornecimento do material, montagem e instalação em ambientes prediais, demonstrando experiência da empresa em objeto equivalente ao licitado.

12.10.3 Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da empresa executora, identificação da contratante, descrição dos serviços executados, quantitativo fornecido e instalado, local de execução e período de realização do serviço.

12.11. DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES

12.11.1 A licitante deverá apresentar catálogo técnico, ficha técnica ou documento equivalente do fabricante das persianas ofertadas, contendo as especificações completas do produto, incluindo obrigatoriamente: tipo de persiana, material de fabricação, sistema de acionamento, dimensões, características do tecido ou lâminas e demais informações necessárias para verificação do atendimento às especificações constantes no Termo de Referência.

12.11.2. O catálogo ou ficha técnica deverá permitir a **identificação clara e objetiva do modelo ofertado**, não sendo aceitos documentos genéricos que não permitam a verificação das especificações técnicas exigidas.

12.11.3 O licitante deverá apresentar a marca e o modelo do produto ofertado.

12.11.4 A licitante deverá apresentar declaração formal informando que as persianas ofertadas são novas, de primeiro uso e atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

12.11.5 A licitante deverá apresentar **declaração de garantia dos produtos e da instalação**, conforme prazo mínimo estabelecido no edital.

12.11.6 A licitante deverá declarar que será **responsável pela instalação completa das persianas**, incluindo serviços de **medição, fixação, ajustes e pleno funcionamento após a instalação**, bem como pelo suporte técnico durante o período de garantia.

13. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

13.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

13.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

13.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

13.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 13.2.

13.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

13.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

13.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

13.4.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

13.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

13.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

13.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

13.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

13.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

14.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

a) julgamento das propostas;

b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

c) anulação ou revogação da licitação;

14.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

14.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

14.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

14.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(à) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

14.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

14.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

14.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

14.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail licitacaobarreiras@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

14.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Unidade: 03.08.01 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2031 – Gestão da Secretaria de Educação

Classificação da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.08.02 – FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2038 – Gerenciamento e Aprimoramento das Ações do Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2039 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2041 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2048 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino em Tempo Integral

Classificação da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de Impostos – despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Fonte de Recurso: 1540 – Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos

Fonte de Recurso: 1542 – Transferências do FUNDEB – complementação da União - VAAT

Fonte de Recurso: 1543 – Transferências do FUNDEB – complementação da União - VAAR

Fonte de Recurso: 1550 – Transferência do Salário Educação

16. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DO OBJETO

16.1. As persianas deverão ser entregues parceladamente nas Unidades Escolares e sedes administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e ao Fundo Municipal de Educação, abrangendo todo o território do Município de Barreiras – BA, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Os endereços e localizações serão informados pela Secretaria no momento da solicitação.

16.2. Condições de instalação

16.2.1. A instalação das persianas será realizada parceladamente, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação, sem prejuízo às atividades escolares, podendo ocorrer em finais de semana, feriados e períodos de recesso, sempre que necessário.

16.2.2. A instalação das persianas deverá observar as medidas apresentadas por cada Unidade de Ensino, conforme os memorandos anexados ao processo, sendo de responsabilidade da empresa vencedora proceder à conferência das medidas por meio de nova medição in loco antes da instalação.

16.3. Recebimento e conferência

16.3.1. O Setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação designará servidor responsável pelo recebimento e conferência das persianas entregues, verificando o atendimento às especificações deste Termo de Referência e atestando sua conformidade.

16.4. Condições do produto entregue

16.4.1. As persianas deverão ser novas, entregues em suas embalagens originais e lacradas, assegurando a integridade e originalidade do produto. As embalagens devem conter identificação do material, lote, fabricante, data de fabricação, procedência e demais informações exigidas pela legislação vigente.

16.5. Materiais utilizados

16.5.1. Todos os materiais utilizados para instalação das persianas deverão ser novos e de primeiro uso, observando rigorosamente as especificações técnicas de fabricação e utilização.

16.5.2. Sempre que possível, os materiais empregados deverão possuir certificações ambientais ou atender a padrões reconhecidos de sustentabilidade, bem como apresentar baixo nível de emissão de poluentes e ausência de substâncias nocivas à saúde.

16.5.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais durante o transporte, instalação e eventual descarte de materiais, incluindo a destinação adequada de embalagens e resíduos gerados.

16.6. Não conformidade – recebimento provisório

16.6.1. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta ou com defeito, ou ainda incompleto, não será emitido o Termo de Aceitação, sendo o pagamento suspenso até a regularização.

16.7. Procedimentos de verificação técnica

16.7.1. A empresa contratada realizará a desembalagem, instalação e ajustes necessários das persianas para verificação de funcionamento, sob supervisão do servidor responsável designado pela Secretaria.

16.7.2. Cada unidade entregue será avaliada com base nas especificações deste Termo de Referência, comprovando-se sua conformidade e plena funcionalidade.

16.8. Hipóteses de rejeição

16.8.1. O produto será recusado nas seguintes hipóteses:

- a) entrega em desacordo com as especificações técnicas;
- b) identificação de que qualquer componente não seja novo;

c) apresentação de defeitos durante testes e verificações.

16.9. Responsabilidade sobre entrega e transporte

16.9.1. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto, incluindo frete, transporte, carregamento, descarregamento e demais despesas, será de inteira responsabilidade da Contratada. A movimentação das persianas até o local indicado será realizada exclusivamente pela Contratada, sem fornecimento de mão de obra pela Secretaria.

16.10. Recusa do produto e substituição

16.10.1. Os produtos entregues em desacordo com este Termo de Referência ou com a proposta vencedora serão rejeitados, devendo ser substituídos pela Contratada sob pena de aplicação de penalidades.

16.11. Prazo para substituição

16.11.1. Constatada qualquer incompatibilidade, a Contratada deverá substituir o material, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem que isso implique prorrogação do prazo contratual. O processo de verificação será repetido até a total regularização e aceite definitivo.

16.12. Descumprimento do prazo de substituição

16.12.1. O não cumprimento do prazo de substituição ou a nova entrega de produtos inadequados caracterizará atraso, ensejando aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência. Havendo recusa da empresa em substituir os produtos, a Administração poderá aplicar as penalidades cabíveis.

16.13. Serviços de instalação

16.13.1. Todos os serviços necessários para a instalação das persianas — incluindo fixação, acessórios, suporte, nível adequado e ajustes — serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação.

17. DA VIGÊNCIA

17.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O contrato disciplinará, de forma detalhada, as condições, prazos e regras aplicáveis à execução do objeto, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

17.3. A vigência contratual poderá ser prorrogada sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais, até o limite máximo de 05 (cinco) anos, conforme o disposto no artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. A prorrogação de que trata o item anterior dependerá de **justificativa formal da Administração**, da avaliação do interesse público e da disponibilidade orçamentária.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

18.1. Os materiais serão recebidos de forma sumária no ato da entrega, com a nota fiscal, para posterior verificação de conformidade com as especificações do termo de referência e da proposta vencedora.

18.2. Após o recebimento da nota fiscal, terá início o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, prorrogável por igual período, conforme a legislação aplicável.

18.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente contém todos os elementos obrigatórios, tais como:

18.3.1. prazo de validade;

18.3.2. data de emissão;

18.3.3. dados do contrato e do órgão contratante;

18.3.4. período de execução correspondente;

18.3.5. valor a pagar;

18.3.6. destaque das retenções tributárias cabíveis.

18.4. A nota fiscal deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.5. Os pagamentos serão realizados enquanto houver execução do objeto, mesmo havendo irregularidade fiscal, até eventual decisão de rescisão contratual.

18.6. O pagamento à contratada será realizado após a entrega, conferência e instalação das persianas, mediante apresentação da Nota Fiscal, com prazo de até 10 dias úteis para liquidação da despesa e mais 10 dias úteis para efetivação do pagamento após a liquidação.

18.7. Para fins de pagamento, a contratada deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:

I – certificado de regularidade do fgts, emitido pela caixa econômica federal;

II – certidão de regularidade fiscal com a fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede da contratada;

III – certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da união;

IV – certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas – cndt, emitida pela justiça do trabalho.

18.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

18.9. Independentemente dos percentuais de tributos apresentados na planilha de custos, serão retidos na fonte, quando do pagamento, os valores previstos na legislação vigente.

18.10. A contratada optante pelo simples nacional, nos termos da lei complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções tributárias relativas aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime diferenciado, desde que apresente comprovação oficial de sua condição de optante.

19. DAS OBRIGAÇÕES

19.1. Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 119, 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

19.1.1. Efetuar a confecção, o fornecimento e a instalação das persianas, observando o prazo estipulado, as especificações técnicas e demais condições previstas neste Termo de Referência, respondendo integralmente pela qualidade dos produtos e pela adequada execução dos serviços.

19.1.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

19.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item ou serviço que apresentar vícios, defeitos, incorreções ou estiver em desacordo com as especificações exigidas.

19.1.4. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Barreiras ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado.

19.1.5. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Prefeitura Municipal de Barreiras.

19.1.6. Não veicular publicidade acerca do objeto contratado, salvo com prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Barreiras.

19.1.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo transporte até o local indicado, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

19.1.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

19.1.9. Cumprir as normas de segurança nas dependências da Prefeitura Municipal de Barreiras, devendo apresentar seus funcionários identificados por crachás e/ou uniformizados.

19.1.10. A Contratada deverá dispor de equipe técnica suficientemente capacitada para a execução dos serviços de instalação das persianas, garantindo a correta fixação e acabamento, conforme especificações deste Termo de Referência.

19.1.11. Para fins de execução contratual, a Contratada deverá indicar formalmente, antes do início da prestação dos serviços, o preposto responsável perante a Administração, informando endereço de e-mail e telefones para contato. Qualquer alteração do preposto deverá ser imediatamente informada.

19.1.12. A fiscalização ou o acompanhamento dos serviços por parte da Contratante não excluem ou reduzem a responsabilidade exclusiva da Contratada pela perfeita execução do objeto.

19.1.13. Após a instalação de todas as persianas, a Contratada deverá realizar testes que comprovem seu perfeito funcionamento, incluindo verificação de alinhamento, movimentação, fixação e controle de abertura, fornecendo documento com o resultado das verificações.

19.1.14. Concluídos os serviços, a Contratada deverá realizar limpeza geral do ambiente e revisão dos acabamentos antes do recebimento provisório.

19.1.15. Para qualquer serviço mal executado, a Contratante poderá solicitar a modificação, refazimento ou substituição, sem qualquer direito a ressarcimento adicional ou prorrogação de prazo pela Contratada.

19.1.16. Fica assegurado à Contratante o direito de:

19.1.16.1. Solicitar a retirada imediata de qualquer profissional que não atenda às exigências Técnicas ou disciplinares, sem que isso implique prorrogação de prazo.

19.1.16.2. Determinar a suspensão dos serviços caso não seja atendida, em até 48 horas, qualquer reclamação sobre defeito essencial no serviço executado ou material instalado.

19.1.17. A Contratada deverá interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que a Contratante assim determinar ou autorizar, desde que por escrito.

19.1.18. Quaisquer modificações necessárias durante a execução dos serviços, decorrentes de situações imprevistas, somente poderão ser realizadas mediante autorização da Contratante e ocorrerão às expensas da Contratada.

19.1.19. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá garantir que seus funcionários utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados.

19.1.20. Manter comunicação formal por escrito com a Contratante, ressalvados entendimentos verbais motivados por urgência, os quais deverão ser imediatamente confirmados por escrito.

19.1.21. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade urgente e prestar os esclarecimentos que forem necessários.

19.1.22. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer fato extraordinário ou anormal ocorrido durante a execução, para adoção das medidas cabíveis.

19.1.23. Aceitar nas mesmas condições contratuais eventuais acréscimos ou supressões, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2 DA CONTRATANTE

19.2.1. Constituem obrigações da Contratante, além das constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

19.2.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada para a fiel execução do contrato.

19.2.3. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à confecção, entrega e instalação das persianas.

19.2.4. Receber o objeto contratado, realizando as verificações necessárias para fins de recebimento provisório e definitivo.

19.2.5. Solicitar o reparo, correção, remoção ou substituição das persianas que apresentarem vícios, defeitos, incorreções ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas, podendo rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue.

19.2.6. Assegurar acesso aos locais onde devam ser executados os serviços, permitindo a entrada do pessoal autorizado pela Contratada, desde que devidamente identificados, tomando todas as providências necessárias para a adequada execução.

19.2.7. Supervisionar o fornecimento e a instalação, por intermédio da Secretaria solicitante, acompanhando as etapas de execução.

19.2.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, conforme as cláusulas deste Termo de Referência e nos termos de sua proposta.

19.2.9. Efetuar os pagamentos à Contratada conforme condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

19.2.10. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado pela Contratada, desde que todas as obrigações contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

20. DAS PENALIDADES

20.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) Multa:
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

20.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

20.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

20.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

20.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

20.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

20.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

20.9 A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

20.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

21.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

22. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

22.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

22.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

22.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

22.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

23. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

23.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

23.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

23.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

23.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

23.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

23.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

23.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

23.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

23.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1 Não é admitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens/materiais.

25. DO REAJUSTE

25.1. O valor poderá ser reajustado anualmente, tomando-se como data-base a do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º da Lei 14.133/2021, ou em caso de desequilíbrio econômico-financeiro.

25.2. Será utilizado o índice IPCA, divulgado pelo IBGE, ou índice substituto oficialmente adotado.

26. DA FISCALIZAÇÃO

26.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

26.2. Com base no artigo 12, do Decreto Municipal nº 198/2023 que regulamenta a Lei 14.133/2021, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, em aspectos técnicos administrativos, especialmente:

26.2.1. Acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;

26.2.2. Manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

26.2.3. Recepcionar da Contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no instrumento contratual e encaminha-los ao Gestor do contrato;

26.2.4. Conforme o caso, realizar ou aprovar o fornecimento efetivamente realizado, em consonância com o previsto no contrato, recebendo o objeto mediante termo assinado pelas partes;

26.2.5. Realizar na forma do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado;

26.2.6. Manifestar-se a respeito da suspensão da execução contratual quando solicitado;

26.2.7. Adotar medidas preventivas de controle dos contratos, conforme Decreto Municipal;

26.2.8. Registrar, em livro próprio, todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhados os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

26.2.9. Determinar a substituição, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem problemas resultantes de sua execução;

26.2.10. Rejeitar no todo ou em parte, o fornecimento do objeto e a execução dos serviços em desacordo com as especificações contidas no termo de referência;

26.2.11. Exigir e assegurar o cumprimento das cláusulas e dos prazos previamente estabelecidos no contrato;

26.2.12. Comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

26.2.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

26.3. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.

26.4. Ficam designados os servidores públicos, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRÍCULA
SEDUC	JORGE GIL SOUZA E SILVA	SUBDIRETOR	63357
SEDUC	WALKIRIA DA SILVA	SECRETARIO ADMINISTRATIVO	66086

GESTOR:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SEDUC	LUCAS CHRISTIANO DA SILVA QUIRINO	ASSESSOR DE SECRETÁRIO	67380
SEDUC	MARCOS PETRONILIO DE JESUS	SUBDIRETOR	66257

26.5. DO GESTOR DO CONTRATO

26.5.1. Compete ao Gestor do Contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 45/2024, administrar o contrato desde sua concepção até sua finalização, em todos os aspectos administrativos, especialmente:

- Acompanhar a manutenção, pela Contratada, das condições estabelecidas no instrumento convocatório, no contrato e nas exigências legais pertinentes;
- Conferir a importância a ser paga, constante nos documentos comprobatórios da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste emitido pelo Fiscal do Contrato;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, observando o prazo de até 1 (um) mês ou aquele previsto no contrato para emissão das decisões administrativas;
- Manter controle atualizado dos saldos de empenho e dos pagamentos efetuados, evitando a execução de serviços ou o fornecimento sem o devido empenho prévio;
- Orientar os Fiscais do Contrato no desempenho de suas atribuições;
- Promover o atesto das notas fiscais e faturas, em conjunto com o Fiscal do Contrato, quando for o caso, para comprovação do cumprimento das obrigações contratuais;
- Promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão previsto no art. 13 do Decreto Municipal nº 45/2024, após a assinatura do contrato;
- Providenciar, quando necessário, a formalização de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- Realizar o controle do valor e da atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para fins de registro;
- Receber definitivamente as aquisições, serviços ou entregas sob sua responsabilidade, observando o disposto no Capítulo IV do Decreto Municipal nº 45/2024; Subsidiar o Ordenador de Despesas na aplicação de penalidades decorrentes de inexecução parcial ou total do contrato;
- Verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias por parte da Contratada;
- Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações pertinentes, conforme o caso.

26.5.2. Exercer quaisquer outras atividades compatíveis com a função que lhe sejam legalmente atribuídas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

27.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

27.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

27.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro

28. FORO

28.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1 Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de referência
---------	---------------------

Anexo II	Estudo Técnico Preliminar
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo V	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VI	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VII	Modelo de proposta de preço

29.2 – Este Edital contém 59(cinquenta e nove) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Barreiras/BA, 26 de março de 2026.

Jeferson Barbosa dos Santos Neves
Secretário Municipal de Educação
Portaria Nº 003 de 01 de janeiro de 2025.

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(Processo Administrativo nº 36303/2025)

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e instalação de persianas, destinadas a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Educação de Barreiras – BA, com instalação nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Barreiras, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são classificados como materiais comuns, apresentando padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A escolha do fornecedor será realizada mediante licitação, utilizando o critério de julgamento “menor preço”, na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com o inciso I do art. 33 e inciso I do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, garantindo ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

2.1. Na tabela abaixo segue as especificações do item e as quantidades a serem licitadas:

ITEM

ITEM	COD. CAT MAT	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
1.	625452	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANA, VERTICAL: PVC, LÂMINA COM LARGURA DE 90 MM, ACIONAMENTO MANUAL, COMANDO QUE RECOLHA PARA AS LATERAIS, PUXADOS A ESQUERDA OU DIREITA, SEM BANDÔ, COR A DEFINIR. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.	M²	1.934,24963

2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do **contrato** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do **artigo 106 da Lei nº 14.133/2021**.

3.2. O contrato disciplinará, de forma detalhada, as condições, prazos e regras aplicáveis à execução do objeto, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

3.3. A vigência contratual poderá ser **prorrogada sucessivamente**, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais, **até o limite máximo de 05 (cinco) anos**, conforme o disposto no artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. A prorrogação de que trata o item anterior dependerá de **justificativa formal da Administração**, da avaliação do interesse público e da disponibilidade orçamentária.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Considerando que as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Barreiras necessitam de ambientes adequados para a realização de atividades pedagógicas e administrativas, sendo indispensável o uso de persianas para

controle de luminosidade e proteção contra incidência direta de luz solar, o que afeta diretamente o conforto e o rendimento das atividades escolares.

4.2. Considerando a necessidade de proporcionar melhores condições de estudo e trabalho aos alunos, professores e servidores, uma vez que a intensidade de luz natural sem controle adequado pode causar desconforto visual, reflexos em quadros, mesas e equipamentos, comprometendo o aprendizado e o desempenho das atividades.

4.3. Considerando que diversas salas de aula, setores administrativos e demais ambientes escolares possuem janelas com grande exposição ao sol e iluminação excessiva, dificultando a utilização adequada dos espaços e prejudicando a concentração, a visualização de materiais didáticos, o uso de projetores e demais equipamentos educacionais.

4.4. Considerando que algumas unidades escolares atendem continuamente à comunidade estudantil e aos pais, sendo comum a formação de filas e permanência de pessoas em áreas internas, onde a incidência solar direta acarreta desconforto térmico e visual, reforçando a necessidade de instalação de persianas que contribuam para o controle luminoso e melhoria das condições de permanência.

4.5. Considerando que a Rede Municipal de Ensino encontra-se em constante ampliação, manutenção e reforma, demandando a instalação de novas persianas, bem como a substituição daquelas danificadas, deterioradas, inadequadas ou que não atendem mais aos padrões de funcionalidade e qualidade exigidos.

4.6. Sendo assim, após análise das demandas atuais da Secretaria Municipal de Educação e com base nos levantamentos realizados pelas unidades escolares, identificaram-se as quantidades necessárias, devidamente apresentadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

4.7. Dessa forma, justifica-se a contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e instalação de persianas, destinadas exclusivamente às unidades da Secretaria Municipal de Educação e ao Fundo Municipal de Educação, garantindo ambientes mais adequados, confortáveis e compatíveis com as necessidades educacionais.

5. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

5.1. Previsão no Plano Anual de Contratações

5.2. O alinhamento entre a contratação e o planejamento será operacionalizado por meio da execução de ações impostas e outras ações advindas das necessidades para se buscar o atingimento de sua missão; A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

5.3. Ratifica-se que até a presente data, ainda não possui o Plano de Contratações Anual, como consta no Decreto Nº 198, de 23 de agosto de 2023, instrumento que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/21 no âmbito municipal. O PCA será elaborado para o exercício do ano de 2026, após a confecção do Catálogo Eletrônico Padronizado:

Art. 16 – O Município elaborará o Plano de Contratação Anual - PCA, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias e garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual - PCA se tornará obrigatório no exercício subsequente à conclusão do Catálogo Eletrônico de Padronização do Município de Barreiras-BA, estabelecido nos termos do artigo 14 deste Decreto.

5.4. Informamos que o competente Plano de Contratações Anual está em processo de elaboração, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. Para o atendimento da demanda apresentada, a solução proposta consiste na realização de processo licitatório na modalidade Pregão, em formato eletrônico, permitindo ampla concorrência entre empresas especializadas na confecção, fornecimento e instalação de persianas. O certame deverá assegurar a participação de fornecedores que atendam integralmente aos requisitos mínimos de habilitação e às especificações do objeto, conforme estabelecido no Edital e neste Termo de Referência.

6.2. Ressalta-se que essa solução vem sendo adotada com êxito em contratações anteriores da Prefeitura Municipal de Barreiras, demonstrando-se eficiente e eficaz no atendimento das demandas da Administração Pública, razão pela qual se mantém sua utilização para o presente objeto.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Como requisito de exigência para esta contratação será estabelecido à empresa vencedora do certame a apresentação de todas as prerrogativas contidas neste Termo de Referência e no Edital.

7.2. Subcontratação

7.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens/materiais.

7.3. Garantia da contratação

7.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

8. EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de entrega

8.1.1. As persianas deverão ser entregues parceladamente nas Unidades Escolares e sedes administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e ao Fundo Municipal de Educação, abrangendo todo o território do Município de Barreiras – BA, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Os endereços e localizações serão informados pela Secretaria no momento da solicitação.

8.2. Condições de instalação

8.2.1. A instalação das persianas será realizada parceladamente, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação, sem prejuízo às atividades escolares, podendo ocorrer em finais de semana, feriados e períodos de recesso, sempre que necessário.

8.2.2. A instalação das persianas deverá observar as medidas apresentadas por cada Unidade de Ensino, conforme os memorandos anexados ao processo, sendo de responsabilidade da empresa vencedora proceder à conferência das medidas por meio de nova medição in loco antes da instalação.

8.3. Recebimento e conferência

8.3.1. O Setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação designará servidor responsável pelo recebimento e conferência das persianas entregues, verificando o atendimento às especificações deste Termo de Referência e atestando sua conformidade.

8.4. Condições do produto entregue

8.4.1. As persianas deverão ser novas, entregues em suas embalagens originais e lacradas, assegurando a integridade e originalidade do produto. As embalagens devem conter identificação do material, lote, fabricante, data de fabricação, procedência e demais informações exigidas pela legislação vigente.

8.5. Materiais utilizados

8.5.1. Todos os materiais utilizados para instalação das persianas deverão ser novos e de primeiro uso, observando rigorosamente as especificações técnicas de fabricação e utilização.

8.5.2. Sempre que possível, os materiais empregados deverão possuir certificações ambientais ou atender a padrões reconhecidos de sustentabilidade, bem como apresentar baixo nível de emissão de poluentes e ausência de substâncias nocivas à saúde.

8.5.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais durante o transporte, instalação e eventual descarte de materiais, incluindo a destinação adequada de embalagens e resíduos gerados.

8.6. Não conformidade – recebimento provisório

8.6.1. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta ou com defeito, ou ainda incompleto, não será emitido o Termo de Aceitação, sendo o pagamento suspenso até a regularização.

8.7. Procedimentos de verificação técnica

8.7.1. A empresa contratada realizará a desembalagem, instalação e ajustes necessários das persianas para verificação de funcionamento, sob supervisão do servidor responsável designado pela Secretaria.

8.7.2. Cada unidade entregue será avaliada com base nas especificações deste Termo de Referência, comprovando-se sua conformidade e plena funcionalidade.

8.8. Hipóteses de rejeição

8.8.1. O produto será recusado nas seguintes hipóteses:

- a) entrega em desacordo com as especificações técnicas;
- b) identificação de que qualquer componente não seja novo;
- c) apresentação de defeitos durante testes e verificações.

8.9. Responsabilidade sobre entrega e transporte

8.9.1. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto, incluindo frete, transporte, carregamento, descarregamento e demais despesas, será de inteira responsabilidade da Contratada. A movimentação das persianas até o local indicado será realizada exclusivamente pela Contratada, sem fornecimento de mão de obra pela Secretaria.

8.10. Recusa do produto e substituição

8.10.1. Os produtos entregues em desacordo com este Termo de Referência ou com a proposta vencedora serão rejeitados, devendo ser substituídos pela Contratada sob pena de aplicação de penalidades.

8.11. Prazo para substituição

8.11.1. Constatada qualquer incompatibilidade, a Contratada deverá substituir o material, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem que isso implique prorrogação do prazo contratual. O processo de verificação será repetido até a total regularização e aceite definitivo.

8.12. Descumprimento do prazo de substituição

8.12.1. O não cumprimento do prazo de substituição ou a nova entrega de produtos inadequados caracterizará atraso, ensejando aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência. Havendo recusa da empresa em substituir os produtos, a Administração poderá aplicar as penalidades cabíveis.

8.13. Serviços de instalação

8.13.1. Todos os serviços necessários para a instalação das persianas — incluindo fixação, acessórios, suporte, nível adequado e ajustes — serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o mesmo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.1.2. As comunicações entre o Órgão ou Entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.1.3. A administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 119, 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

10.1.1. Efetuar a confecção, o fornecimento e a instalação das persianas, observando o prazo estipulado, as especificações técnicas e demais condições previstas neste Termo de Referência, respondendo integralmente pela qualidade dos produtos e pela adequada execução dos serviços.

10.1.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

10.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item ou serviço que apresentar vícios, defeitos, incorreções ou estiver em desacordo com as especificações exigidas.

10.1.4. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Barreiras ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado.

10.1.5. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Prefeitura Municipal de Barreiras.

10.1.6. Não veicular publicidade acerca do objeto contratado, salvo com prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Barreiras.

10.1.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo transporte até o local indicado, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

10.1.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

10.1.9. Cumprir as normas de segurança nas dependências da Prefeitura Municipal de Barreiras, devendo apresentar seus funcionários identificados por crachás e/ou uniformizados.

10.1.10. A Contratada deverá dispor de equipe técnica suficientemente capacitada para a execução dos serviços de instalação das persianas, garantindo a correta fixação e acabamento, conforme especificações deste Termo de Referência.

10.1.11. Para fins de execução contratual, a Contratada deverá indicar formalmente, antes do início da prestação dos serviços, o preposto responsável perante a Administração, informando endereço de e-mail e telefones para contato. Qualquer alteração do preposto deverá ser imediatamente informada.

10.1.12. A fiscalização ou o acompanhamento dos serviços por parte da Contratante não excluem ou reduzem a responsabilidade exclusiva da Contratada pela perfeita execução do objeto.

10.1.13. Após a instalação de todas as persianas, a Contratada deverá realizar testes que comprovem seu perfeito funcionamento, incluindo verificação de alinhamento, movimentação, fixação e controle de abertura, fornecendo documento com o resultado das verificações.

10.1.14. Concluídos os serviços, a Contratada deverá realizar limpeza geral do ambiente e revisão dos acabamentos antes do recebimento provisório.

10.1.15. Para qualquer serviço mal executado, a Contratante poderá solicitar a modificação, refazimento ou substituição, sem qualquer direito a ressarcimento adicional ou prorrogação de prazo pela Contratada.

10.1.16. Fica assegurado à Contratante o direito de:

10.1.16.1. Solicitar a retirada imediata de qualquer profissional que não atenda às exigências técnicas ou disciplinares, sem que isso implique prorrogação de prazo.

10.1.16.2. Determinar a suspensão dos serviços caso não seja atendida, em até 48 horas, qualquer reclamação sobre defeito essencial no serviço executado ou material instalado.

10.1.17. A Contratada deverá interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que a Contratante assim determinar ou autorizar, desde que por escrito.

10.1.18. Quaisquer modificações necessárias durante a execução dos serviços, decorrentes de situações imprevistas, somente poderão ser realizadas mediante autorização da Contratante e ocorrerão às expensas da Contratada.

10.1.19. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá garantir que seus funcionários utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados.

10.1.20. Manter comunicação formal por escrito com a Contratante, ressalvados entendimentos verbais motivados por urgência, os quais deverão ser imediatamente confirmados por escrito.

10.1.21. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade urgente e prestar os esclarecimentos que forem necessários.

10.1.22. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer fato extraordinário ou anormal ocorrido durante a execução, para adoção das medidas cabíveis.

10.1.23. Aceitar nas mesmas condições contratuais eventuais acréscimos ou supressões, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações da Contratante, além das constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

11.1.1. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada para a fiel execução do contrato.

11.1.2. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à confecção, entrega e instalação das persianas.

11.1.3. Receber o objeto contratado, realizando as verificações necessárias para fins de recebimento provisório e definitivo.

11.1.4. Solicitar o reparo, correção, remoção ou substituição das persianas que apresentarem vícios, defeitos, incorreções ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas, podendo rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue.

11.1.5. Assegurar acesso aos locais onde devam ser executados os serviços, permitindo a entrada do pessoal autorizado pela Contratada, desde que devidamente identificados, tomando todas as providências necessárias para a adequada execução.

11.1.6. Supervisionar o fornecimento e a instalação, por intermédio da Secretaria solicitante, acompanhando as etapas de execução.

11.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, conforme as cláusulas deste Termo de Referência e nos termos de sua proposta.

11.1.8. Efetuar os pagamentos à Contratada conforme condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

11.1.9. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado pela Contratada, desde que todas as obrigações contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.2. Com base no artigo 12, do Decreto Municipal nº 198/2023 que regulamenta a Lei 14.133/2021, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, em aspectos técnicos administrativos, especialmente: **12.2.1.** Acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;

12.2.2. Manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado; **12.2.3.** Recepcionar da Contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no instrumento contratual e encaminhá-los ao Gestor do contrato;

12.2.4. Conforme o caso, realizar ou aprovar o fornecimento efetivamente realizado, em consonância com o previsto no contrato, recebendo o objeto mediante termo assinado pelas partes;

12.2.5. Realizar na forma do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado;

12.2.6. Manifestar-se a respeito da suspensão da execução contratual quando solicitado;

12.2.7. Adotar medidas preventivas de controle dos contratos, conforme Decreto Municipal; **12.2.8.** Registrar, em livro próprio, todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhados os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.2.9. Determinar a substituição, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem problemas resultantes de sua execução;

12.2.10. Rejeitar no todo ou em parte, o fornecimento do objeto e a execução dos serviços em desacordo com as especificações contidas no termo de referência;

12.2.11. Exigir e assegurar o cumprimento das cláusulas e dos prazos previamente estabelecidos no contrato;

12.2.12. Comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.2.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

12.3. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.

12.4. Ficam designados os servidores públicos, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRÍCULA
SEDUC	JORGE GIL SOUZA E SILVA	SUBDIRETOR	63357
SEDUC	WALKIRIA DA SILVA	SECRETARIO ADMINISTRATIVO	66086

GESTOR:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRÍCULA
SEDUC	LUCAS CHRISTIANO DA SILVA QUIRINO	ASSESSOR DE SECRETÁRIO	67380
SEDUC	MARCOS PETRONILIO DE JESUS	SUBDIRETOR	66257

12.5. DO GESTOR DO CONTRATO

12.5.1. Compete ao Gestor do Contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 45/2024, administrar o contrato desde sua concepção até sua finalização, em todos os aspectos administrativos, especialmente:

- Acompanhar a manutenção, pela Contratada, das condições estabelecidas no instrumento convocatório, no contrato e nas exigências legais pertinentes;
- Conferir a importância a ser paga, constante nos documentos comprobatórios da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste emitido pelo Fiscal do Contrato;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, observando o prazo de até 01 (um) mês ou aquele previsto no contrato para emissão das decisões administrativas;
- Manter controle atualizado dos saldos de empenho e dos pagamentos efetuados, evitando a execução de serviços ou o fornecimento sem o devido empenho prévio;
- Orientar os Fiscais do Contrato no desempenho de suas atribuições;
- Promover o ateste das notas fiscais e faturas, em conjunto com o Fiscal do Contrato, quando for o caso, para comprovação do cumprimento das obrigações contratuais;
- Promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão previsto no art. 13 do Decreto Municipal nº 45/2024, após a assinatura do contrato;
- Providenciar, quando necessário, a formalização de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- Realizar o controle do valor e da atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para fins de registro;
- Receber definitivamente as aquisições, serviços ou entregas sob sua responsabilidade, observando o disposto no Capítulo IV do Decreto Municipal nº 45/2024; Subsidiar o Ordenador de Despesas na aplicação de penalidades decorrentes de inexecução parcial ou total do contrato;
- Verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias por parte da Contratada;
- Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações pertinentes, conforme o caso.

12.5.2. Exercer quaisquer outras atividades compatíveis com a função que lhe sejam legalmente atribuídas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

13. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

13.1. Os materiais serão recebidos de forma sumária no ato da entrega, com a nota fiscal, para posterior verificação de conformidade com as especificações do termo de referência e da proposta vencedora.

13.2. Após o recebimento da nota fiscal, terá início o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, prorrogável por igual período, conforme a legislação aplicável.

13.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente contém todos os elementos obrigatórios, tais como:

- prazo de validade;
- data de emissão;
- dados do contrato e do órgão contratante;
- período de execução correspondente;
- valor a pagar;
- destaque das retenções tributárias cabíveis.

13.4. A nota fiscal deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Os pagamentos serão realizados enquanto houver execução do objeto, mesmo havendo irregularidade fiscal, até eventual decisão de rescisão contratual.

13.6. O pagamento à contratada será realizado após a entrega, conferência e instalação das persianas, mediante apresentação da Nota Fiscal, com prazo de até 10 dias úteis para liquidação da despesa e mais 10 dias úteis para efetivação do pagamento após a liquidação.

13.7. Para fins de pagamento, a contratada deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:

- I – certificado de regularidade do fgts, emitido pela caixa econômica federal;
 - II – certidão de regularidade fiscal com a fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede da contratada;
 - III – certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da união;
 - IV – certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas – cndt, emitida pela justiça do trabalho.
- 13.8.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 13.9.** Independentemente dos percentuais de tributos apresentados na planilha de custos, serão retidos na fonte, quando do pagamento, os valores previstos na legislação vigente.
- 13.10.** A contratada optante pelo simples nacional, nos termos da lei complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções tributárias relativas aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime diferenciado, desde que apresente comprovação oficial de sua condição de optante.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b, c, d, e, f e g** do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **h, i, j, k e l** do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas **b, c, d, e, f e g**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

iv) Multa:

- (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
- (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

14.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

14.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

15.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

15.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

15.3. O pregão, em sua forma eletrônica, é a modalidade de licitação que se destina à aquisição de bens e serviços comuns, na qual a disputa entre os licitantes é realizada por meio de oferta de lances à distância, em sessão pública, efetuada em sistema comunicado à internet. Sendo o mais viável entre as modalidades de licitação.

15.4. A opção pela modalidade de pregão eletrônico consagra os princípios da ampla competitividade, concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Desse modo, a possibilidade de competição entre empresas de qualquer estado, amplia as participações e ofertas aos itens objeto da licitação.

15.5. FORMA DE FORNECIMENTO

15.5.1. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

15.5.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.5.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

15.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.6.1. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.6.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.6.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.6.4 **Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

15.6.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.6.6. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.6.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.6.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.6.9. **Consórcio:** Não será admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

15.7. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.7.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

15.7.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.8. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

15.8.2. Os demais requisitos/documentos para avaliação da qualificação econômico-financeira deverá vir especificado no edital.

15.9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.9.1 Comprovação de aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa executou fornecimento e instalação de persianas para ambientes internos, com características e quantidades compatíveis com o objeto deste certame.

15.9.2 O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar a execução satisfatória de fornecimento e instalação de persianas, incluindo serviços de medição, fornecimento do material, montagem e instalação em ambientes prediais, demonstrando experiência da empresa em objeto equivalente ao licitado.

15.9.3 Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da empresa executora, identificação da contratante, descrição dos serviços executados, quantitativo fornecido e instalado, local de execução e período de realização do serviço.

15.10. DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES

15.10.1 A licitante deverá apresentar catálogo técnico, ficha técnica ou documento equivalente do fabricante das persianas ofertadas, contendo as especificações completas do produto, incluindo obrigatoriamente: tipo de persiana, material de fabricação, sistema de acionamento, dimensões, características do tecido ou lâminas e demais informações necessárias para verificação do atendimento às especificações constantes no Termo de Referência.

15.10.2 O catálogo ou ficha técnica deverá permitir a identificação clara e objetiva do modelo ofertado, não sendo aceitos documentos genéricos que não permitam a verificação das especificações técnicas exigidas.

15.10.3 O licitante deverá apresentar a marca e o modelo do produto ofertado.

15.10.4 A licitante deverá apresentar declaração formal informando que as persianas ofertadas são novas, de primeiro uso e atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

15.10.5 A licitante deverá apresentar declaração de garantia dos produtos e da instalação, conforme prazo mínimo estabelecido no edital.

15.10.6 A licitante deverá declarar que será responsável pela instalação completa das persianas, incluindo serviços de medição, fixação, ajustes e pleno funcionamento após a instalação, bem como pelo suporte técnico durante o período de garantia.

16. IMPACTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1 Entende-se que na concepção dos serviços a serem contratados, deve-se levar em consideração os critérios ambientais, sociais e econômicos nas licitações. Esses critérios visam favorecer produtos, serviços ou obras que tenham menor impacto ambiental, sejam socialmente responsáveis e apresentem maior eficiência econômica a longo prazo.

16.2. Outrossim, cabe informar que o inciso VI do artigo 137 da Lei Federal 14.133/21 ressalta a importância do cumprimento das exigências ambientais durante a execução de contratos administrativos. Diante disso cabe salientar que a natureza do objeto que se pretende executar, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua atividade.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo estimado possui caráter sigiloso, sendo tornado público somente após o julgamento das propostas.

18. FORMA DE REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATADO

18.1. O valor poderá ser reajustado anualmente, tomando-se como data-base a do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º da Lei 14.133/2021, ou em caso de desequilíbrio econômico-financeiro.

18.2. Será utilizado o índice IPCA, divulgado pelo IBGE, ou índice substituto oficialmente adotado.

19. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Unidade: 03.08.01 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 67.815,26

Projeto/Atividade: 2031 – Gestão da Secretaria de Educação

Classificação da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.08.02 – FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 400.000,00

Projeto/Atividade: 2038 – Gerenciamento e Aprimoramento das Ações do Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2039 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2041 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2048 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino em Tempo Integral

Classificação da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de Impostos – despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Fonte de Recurso: 1540 – Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos

Fonte de Recurso: 1542 – Transferências do FUNDEB – complementação da União - VAAT

Fonte de Recurso: 1543 – Transferências do FUNDEB – complementação da União - VAAR

Fonte de Recurso: 1550 – Transferência do Salário Educação

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/21.

Barreiras-BA, em 27 de março de 2026.

Jeferson Barbosa dos Santos Neves
Secretário Municipal de Educação
Portaria Nº 003 de 01 de janeiro de 2025.

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Atendendo ao que preceitua o parágrafo 1º, inciso I, do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar, instituído no âmbito das Secretarias, tem o intuito de evidenciar o problema a ser resolvido e sua melhor solução, de modo a avaliar a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como fornecer informações relevantes para subsidiar o processo de contratação de empresa para o, fornecimento e instalação de persianas, destinadas a atender as demandas do Fundo Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação de Barreiras – BA.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Secretaria Municipal de Educação tem como responsabilidade garantir condições adequadas para o funcionamento das unidades escolares da rede pública, assegurando conforto, segurança, higiene e o pleno desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas.

No exercício dessa função, identificou-se a necessidade de contratação de empresa especializada para a **aquisição e instalação de persianas**, com o objetivo de proporcionar ambientes mais adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas. As persianas são indispensáveis para:

- Controle da luminosidade em salas de aula, laboratórios, bibliotecas e setores administrativos, evitando ofuscamento e desconforto visual;
- Conforto térmico, reduzindo a incidência direta de radiação solar e contribuindo para a manutenção da temperatura ambiente;
- Preservação de equipamentos e mobiliários, evitando danos decorrentes da exposição prolongada ao sol;
- Melhoria estética e funcional dos ambientes, garantindo organização e acolhimento;
- Privacidade e segurança durante a realização das atividades escolares e administrativas.

A presente demanda surgiu **a partir dos ofícios encaminhados pelas unidades escolares que solicitaram a instalação ou substituição de persianas**, bem como da análise técnica realizada pela Secretaria, que identificou a necessidade também nas **escolas que estão passando por processos de ampliação**.

A contratação visa suprir lacunas estruturais, padronizar ambientes e promover melhorias contínuas nas condições de trabalho e estudo, assegurando que os espaços estejam adequadamente adaptados para o desempenho das atividades educacionais.

2.2. A Rede Municipal de Ensino conta com 72 (setenta e duas) unidades escolares; contudo, **a presente contratação não se destina a todas, mas somente às escolas que formalizaram a demanda por meio de ofícios**, bem como às **unidades que estão em fase de ampliação**, cujas estruturas exigem a instalação de persianas.

As solicitações recebidas evidenciam a ausência ou a deterioração de persianas em diversos ambientes, comprometendo o conforto térmico e visual e afetando diretamente a qualidade do ensino-aprendizagem e das atividades administrativas.

Para garantir o atendimento adequado, será considerada também **uma reserva técnica de 15%**, destinada a suprir necessidades emergenciais, substituições imediatas por danos, ampliações não previstas ou demandas adicionais que possam surgir durante o exercício.

A instalação das persianas permitirá a melhoria do ambiente escolar, favorecendo condições apropriadas para estudantes, professores e servidores, e alinhando-se às políticas de melhoria contínua da infraestrutura física da rede municipal de ensino.

3. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Educação	Secretário: Jeferson Barbosa dos Santos Neves
Diretoria de Gestão	Alba Soene Maria de Sousa

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as prerrogativas estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, incluindo especificações técnicas, prazos, condições de fabricação, fornecimento, instalação e garantias das persianas.

4.2. Efetuar a entrega e instalação das persianas em perfeitas condições, de acordo com as especificações, prazos e locais indicados no Termo de Referência e seus anexos, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal.

4.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, qualquer persiana que apresentar avarias, defeitos de fabricação, problemas de instalação ou funcionamento inadequado.

4.4. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos de entrega e instalação, apresentando justificativa formal e comprovação adequada.

4.5. As persianas deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens originais, lacradas e protegidas para transporte, devendo ser instaladas nos locais indicados, observando-se os prazos especificados e as condições adequadas de fixação.

4.6. Após a emissão da requisição pela Contratante, a CONTRATADA deverá realizar a entrega e instalação das persianas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, salvo prorrogação devidamente justificada e autorizada pela Administração.

4.7. Regime de Execução

Compra com fornecimento e instalação remunerados PARCELADAMENTE, conforme cronograma definido no Termo de Referência.

4.8. Execução

Os prazos para recebimento provisório e definitivo, bem como os critérios de aceitação, atestação e pagamento, serão detalhados no Termo de Referência.

4.9. O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento, conferência e instalação das persianas, mediante apresentação da Nota Fiscal. O prazo para a liquidação da despesa será de até 10 (dez) dias úteis, contados do

recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, e o pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação

4.10. As condições de julgamento das propostas e os critérios de qualificação técnica serão definidos no Termo de Referência e no Edital.

4.11. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira seguirão a legislação vigente e constarão expressamente no Edital.

4.12. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

4.13. As persianas deverão ser fabricadas com materiais de alta durabilidade e resistência, adequados ao uso contínuo em ambiente escolar, devendo suportar manuseio frequente, exposição à luz solar, variações de temperatura e demais condições típicas de uso intensivo, sem prejuízo de sua funcionalidade e estética.

4.14. Os componentes das persianas, incluindo estruturas, mecanismos de acionamento e fixação, deverão apresentar resistência mecânica compatível com o uso prolongado, minimizando a necessidade de manutenção corretiva e substituições frequentes.

4.15. A CONTRATADA deverá garantir que os materiais utilizados possuam qualidade comprovada, com vida útil compatível com a finalidade do objeto, observando, sempre que aplicável, normas técnicas vigentes.

4.16. Na fabricação e fornecimento das persianas, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, priorizando-se a utilização de materiais recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental.

4.17. Sempre que possível, os materiais empregados deverão possuir certificações ambientais ou atender a padrões reconhecidos de sustentabilidade, bem como apresentar baixo nível de emissão de poluentes e ausência de substâncias nocivas à saúde.

4.18. A CONTRATADA deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais durante o transporte, instalação e eventual descarte de materiais, incluindo a destinação adequada de embalagens e resíduos gerados.

4.19. A instalação das persianas deverá observar as medidas apresentadas por cada Unidade de Ensino, conforme os memorandos anexados ao processo, sendo de responsabilidade da empresa vencedora proceder à conferência das medidas por meio de nova medição in loco antes da instalação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Diante das necessidades identificadas neste estudo, o atendimento à solução requer a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de persianas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

5.2. A aquisição e instalação de persianas constitui objeto frequentemente demandado pela Administração Pública, havendo ampla disponibilidade de empresas no mercado aptas a realizar o fornecimento e a instalação conforme as especificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no Edital.

5.3. No âmbito da Prefeitura Municipal de Barreiras, dentre contratações anteriores para objetos semelhantes, cita-se registros de empresa já contratada pela Administração, demonstrando a existência de mercado apto e competitivo. Ressalta-se que a abertura do processo licitatório permanece imprescindível para assegurar a ampla concorrência, a isonomia entre os interessados e a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público.

ITEM	FORNECEDOR	CNPJ
FORNECIMENTO\CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANA; VERTICAL; EM PVC; LÂMINA COM LARGURA DE 90 MM; ACIONAMENTO MANUAL; COMANDO QUE RECOLHA PARA AS LATERAIS	CACHOEIRA TECIDOS E REVESTIMENTOS LTDA.	32.627.200/0001-65

5.4. Para atendimento da necessidade de controle de luminosidade, conforto térmico e privacidade dos ambientes, foram consideradas alternativas disponíveis no mercado, tais como cortinas de tecido, películas de controle solar e outras soluções similares.

5.5. As cortinas de tecido, embora apresentem custo inicial, em alguns casos, inferior, mostram-se menos adequadas ao ambiente administrativo por demandarem maior frequência de manutenção e higienização, acumularem poeira e ácaros, e apresentarem menor durabilidade, especialmente em locais de uso contínuo. Além disso, possuem menor eficiência no controle preciso da luminosidade, quando comparadas às persianas.

5.6. As películas de controle solar, por sua vez, contribuem para a redução da incidência de calor e radiação solar, porém, não permitem o controle ajustável da luminosidade nem asseguram níveis adequados de privacidade em todos os períodos do dia, limitando sua aplicação como solução única. Ademais, sua substituição pode ser mais onerosa em caso de danos ou desgaste ao longo do tempo.

5.7. Nesse contexto, as persianas destacam-se como a alternativa mais adequada, uma vez que permitem o controle eficiente e regulável da luminosidade, contribuem para o conforto térmico dos ambientes, asseguram privacidade, possuem maior durabilidade e apresentam facilidade de limpeza e manutenção. Sob o aspecto econômico, demonstram melhor relação custo-benefício ao longo do tempo, considerando sua vida útil e menores custos operacionais.

5.8. Dessa forma, justifica-se tecnicamente e economicamente a escolha das persianas como solução mais vantajosa para atendimento das necessidades identificadas, em detrimento das demais alternativas analisadas.

5.9. O objeto a ser adquirido e instalado consiste em um único item: persianas, amplamente disponíveis no mercado e com oferta consolidada entre fornecedores especializados. A escolha da empresa fornecedora ocorrerá por meio de **Pregão Eletrônico**, com julgamento pelo critério de menor preço por item, garantindo ampla competitividade e permitindo à Administração obter a proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A solução adotada consiste na aquisição e instalação de persianas, destinadas às unidades escolares que apresentaram demanda formal por meio de ofícios, bem como às escolas que estão em processo de ampliação, contemplando fornecimento completo, instalação adequada e garantia mínima prevista em norma ou especificação do fabricante.

6.2. A escolha por esta solução decorre da sua reconhecida eficiência no controle da luminosidade, conforto térmico e proteção do ambiente escolar, contribuindo para melhores condições de estudo, trabalho e conservação dos espaços. As persianas também proporcionam maior durabilidade, fácil manutenção e melhor integração ao ambiente, alinhando-se aos critérios de eficiência, conveniência e economicidade previstos na legislação vigente.

6.3. A adoção de persianas revela-se mais vantajosa em comparação a alternativas como cortinas de tecido ou películas solares, pois garante maior controle de luz, facilidade de higienização, maior vida útil, resistência à incidência solar direta e melhor desempenho funcional nos ambientes educacionais. Dessa forma, atende de maneira plena às necessidades

específicas das unidades escolares do Município de Barreiras, assegurando melhoria do ambiente escolar, proteção do mobiliário e otimização das atividades pedagógicas e administrativas.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A contratação de empresa especializada para a fabricação, fornecimento e instalação de persianas tem por objetivo suprir as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Barreiras, proporcionando controle adequado de luminosidade, conforto visual, proteção térmica e melhores condições ambientais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas.

7.2. O levantamento dos quantitativos foi realizado com base nas solicitações encaminhadas pelas unidades escolares, considerando as salas e ambientes que não possuem persianas ou que necessitam substituição devido ao desgaste, danificação ou inadequação das estruturas existentes. Foram consideradas, ainda, as escolas em processo de ampliação e outras situações específicas que demandam instalação de novas persianas, respeitando as particularidades de cada unidade.

7.3. A definição das persianas e de suas quantidades visa atender à demanda mínima necessária para garantir a funcionalidade dos ambientes escolares, promovendo conforto visual, melhor eficiência no uso da iluminação natural e proteção térmica, além de favorecer o adequado aproveitamento dos espaços.

7.4. Adicionalmente, foi incluído um quantitativo suplementar destinado à composição de uma reserva técnica estratégica, voltada ao atendimento de necessidades emergenciais, como substituições imediatas por danos, atendimento a novas salas ou ampliações estruturais. O acréscimo destinado à reserva técnica foi calculado em até 15% sobre a metragem base inicialmente estimada, assegurando continuidade no atendimento das demandas e evitando contratações emergenciais futuras, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.5. A relação das unidades escolares contempladas, acompanhada das respectivas solicitações e necessidades registradas nos ofícios enviados, será anexada a este Estudo Técnico Preliminar, servindo como base técnica para o dimensionamento da contratação.

7.6. Para fins de racionalização e maior competitividade no certame, a aquisição será realizada como item único, possibilitando a ampla participação de fornecedores especializados e garantindo melhores condições comerciais, bem como adequada organização logística para entrega e instalação nas Unidades Escolares atendidas.

ITEM

ITEM	COD. CAT MAT	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
01	625452	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANA, VERTICAL: PVC, LÂMINA COM LARGURA DE 90 MM, ACIONAMENTO MANUAL , COMANDO QUE RECOLHA PARA AS LATERAIS, PUXADOS A ESQUERDA OU DIREITA, SEM BANDÔ, COR A DEFINIR. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.	M²	1.934,24963

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. No âmbito das aquisições públicas, a pesquisa de preços possui como uma das principais finalidades estimar o custo do objeto, a fim de verificar a existência de recursos orçamentários suficientes para o pagamento da despesa, bem como servir de parâmetro objetivo para o julgamento das ofertas apresentadas quando da aceitação das propostas.

8.2. Para a estimativa do valor desta contratação, **não foram realizadas novas cotações**, tendo em vista a existência de **contrato anterior firmado pela Prefeitura Municipal de Barreiras com a empresa Cachoeira Tecidos e Revestimentos Ltda, CNPJ 32.627.200/0001-65**, cuja natureza e especificações são compatíveis com o objeto ora pretendido. Assim, os valores praticados no referido contrato foram utilizados como **fonte interna idônea**, em conformidade com os parâmetros previstos na legislação aplicável.

8.3. Considerando os valores unitários constantes do contrato anterior e a metragem total levantada para atendimento das unidades escolares, **acrescida da reserva técnica de 15%**, chegou-se ao valor estimado para a presente contratação, totalizando **R\$ 541.589,90 (quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)**, conforme planilha demonstrativa em anexo.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem observar o princípio do parcelamento sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Entretanto, considerando que o objeto ora tratado consiste em apenas 01 (um) item, cuja natureza é indivisível para fins de execução e fornecimento, não se aplica o fracionamento do objeto.

9.2. Assim, a contratação será realizada em item único, de forma a garantir a padronização do material, a uniformidade na instalação e a responsabilidade técnica integral do fornecedor, proporcionando maior eficiência operacional e segurança durante toda a execução contratual.

9.3. A adoção da contratação em item único está em conformidade com os princípios da isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando a ampla participação dos licitantes sem prejuízo da eficiência na gestão contratual e do atendimento ao interesse público.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. A contratação de empresa especializada para a aquisição e instalação de persianas, a ser realizada pela Secretaria Municipal de Educação, não possui exigência de outras contratações correlatas ou interdependentes para sua execução, uma vez que o serviço é autônomo e plenamente executável de forma independente.

10.2. Ressalta-se, entretanto, que eventuais manutenções, ajustes ou substituições futuras das persianas poderão ser objeto de contratação própria e independente, destinada a garantir a conservação, durabilidade e pleno funcionamento dos materiais instalados, não interferindo, contudo, na presente contratação.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. Previsão no Plano Anual de Contratações:

11.1.1. O alinhamento entre a contratação e o planejamento será operacionalizado por meio da execução de ações impostas e outras ações advindas das necessidades para se buscar o atingimento de sua missão; A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Ratifica-se que até a presente data, **ainda não** possui o **Plano de Contratações Anual**, como consta no Decreto Nº 198, de 23 de agosto de 2023, instrumento que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/21 no âmbito municipal.

O PCA será elaborado para o exercício do ano de 2026, após a confecção do Catálogo Eletrônico Padronizado:

Art. 16 – O Município elaborará o Plano de Contratação Anual - PCA, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias e garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico.

Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual - PCA se tornará obrigatório no exercício subsequente à conclusão do Catálogo Eletrônico de Padronização do Município de Barreiras-BA, estabelecido nos termos do artigo 14 deste Decreto.

11.2. Por fim, informamos que o competente Plano de Contratações Anual está em processo de elaboração, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

- Em relação à eficácia: atender de forma integral às necessidades de controle de luminosidade, conforto visual e proteção térmica das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, garantindo ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas. A instalação de persianas proporciona condições mais favoráveis de concentração, reduz a entrada excessiva de luz e calor, diminui reflexos em quadros e telas, além de contribuir para a organização e funcionalidade dos espaços escolares.
- Quanto à eficiência: assegurar a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços educacionais, promovendo ambientes com melhor desempenho visual, térmico e ergonômico. A aquisição e instalação de persianas padronizadas facilitam a limpeza, a manutenção e a substituição de componentes, garantindo maior durabilidade e praticidade no uso diário. Além disso, o controle adequado da iluminação natural contribui para o melhor aproveitamento dos ambientes, maior produtividade dos servidores e conforto para os estudantes.
- Em termos de economicidade: obter a melhor relação custo-benefício, considerando não apenas o valor de aquisição das persianas, mas também sua durabilidade, facilidade de manutenção, eficiência no controle da luminosidade e impacto positivo na preservação dos ambientes escolares. A contratação planejada evita gastos futuros com improvisações, reduz a necessidade de reposições emergenciais e otimiza o uso dos recursos públicos. Ademais, a instalação adequada das persianas em unidades escolares que passaram por reformas e ampliações permite maior proteção dos espaços e mobiliários, maximizando a vida útil da infraestrutura já existente.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, por se enquadrar em aquisição de bem comum, vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado e padrões de qualidade.

13.2. A aquisição do objeto será operacionalizada pela empresa a serem contratadas, sem necessidade de qualquer adequação no ambiente da Secretaria Municipal de Educação.

14. GESTÃO DE RISCOS

14.1. Baseando-se na simplicidade da contratação, na natureza específica dos riscos envolvidos, que são bem conhecidos e gerenciáveis, e no conhecimento prévio que a Administração Pública já possui sobre este tipo de contratação, conclui-se que a elaboração de uma Matriz de Riscos específica para a contratação em epígrafe não se faz necessária. Contudo, isso não dispensa a Administração Pública de realizar um acompanhamento diligente do contrato para assegurar sua execução conforme planejado, mantendo a prerrogativa de adotar medidas de contingência conforme necessário. Segue em anexo Mapa de Risco para simples conferência.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1998 e a Lei nº 14.133/21. Para tanto entende-se que a empresa contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE

15.2 A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

16.1. Pretende-se contratar os itens descritos no anexo deste ETP ao menor preço por lote, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Barreiras, de forma eficaz e eficiente.

17. FISCAIS DO CONTRATO

17.1 Fica designada para Fiscal de Contrato a servidora **JORGE GIL SOUZA E SILVA**, matrícula 63357, lotada nesta Secretaria Municipal de Educação. Fica designada como Fiscal de Contrato Suplente a servidora **WALKIRIA DA SILVA**, matrícula 66086, também lotada nesta Secretaria Municipal de Educação.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

18.1. Considerando a necessidade efetiva de aquisição e instalação de persianas para suprir as demandas estruturais das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Barreiras, conclui-se pela plena viabilidade da contratação, a ser realizada pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Fundo Municipal de Educação. A medida revela-se essencial para promover adequado controle de luminosidade, conforto visual e proteção térmica em salas de aula e demais ambientes escolares, contribuindo diretamente para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, para o bem-estar de alunos, professores e servidores, além de favorecer a funcionalidade dos espaços e a eficiência na utilização da infraestrutura escolar.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

19.1. Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, bem como na existência de planejamento orçamentário para subsidiar a contratação, declara-se que a alternativa mais adequada para atender à demanda consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de empresa especializada para a aquisição e instalação de persianas destinadas à Secretaria Municipal de Educação e às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Barreiras.

19.2. A contratação será realizada pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Fundo Municipal de Educação, com o objetivo de promover adequado controle de luminosidade, conforto visual, proteção térmica, melhoria do ambiente escolar e bem-estar de alunos, professores e servidores, além de contribuir para a eficiência e funcionalidade dos espaços educacionais.

19.3. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico fundamenta-se nos artigos 28, inciso II, e 32 da Lei nº 14.133/2021, assegurando ampla competitividade, economicidade e celeridade ao procedimento licitatório, permitindo à Administração Pública a obtenção da proposta mais vantajosa para o atendimento da demanda.

Barreiras – BA, em 17 de março de 2026.

Alba Soene Maria de Sousa
Diretora de Gestão Escolar.

ANEXO III
MINUTA CONTRATUAL

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é **Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e instalação de persianas, destinadas a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Educação de Barreiras – BA, com instalação nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Barreiras**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 36303/2025, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

- 4.1. Os materiais serão recebidos de forma sumária no ato da entrega, com a nota fiscal, para posterior verificação de conformidade com as especificações do termo de referência e da proposta vencedora.
- 4.2. Após o recebimento da nota fiscal, terá início o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, prorrogável por igual período, conforme a legislação aplicável.
- 4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente contém todos os elementos obrigatórios, tais como:
 - 4.3.1. prazo de validade;
 - 4.3.2. data de emissão;
 - 4.3.3. dados do contrato e do órgão contratante;

- 4.3.4. período de execução correspondente;
- 4.3.5. valor a pagar;
- 4.3.6. destaque das retenções tributárias cabíveis.
- 4.4. A nota fiscal deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5. Os pagamentos serão realizados enquanto houver execução do objeto, mesmo havendo irregularidade fiscal, até eventual decisão de rescisão contratual.
- 4.6. O pagamento à contratada será realizado após a entrega, conferência e instalação das persianas, mediante apresentação da Nota Fiscal, com prazo de até 10 dias úteis para liquidação da despesa e mais 10 dias úteis para efetivação do pagamento após a liquidação.
- 4.7. Para fins de pagamento, a contratada deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:
- I – certificado de regularidade do fgs, emitido pela caixa econômica federal;
 - II – certidão de regularidade fiscal com a fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede da contratada;
 - III – certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da união;
 - IV – certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas – cndt, emitida pela justiça do trabalho.
- 4.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 4.9. Independentemente dos percentuais de tributos apresentados na planilha de custos, serão retidos na fonte, quando do pagamento, os valores previstos na legislação vigente.
- 4.10. A contratada optante pelo simples nacional, nos termos da lei complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções tributárias relativas aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime diferenciado, desde que apresente comprovação oficial de sua condição de optante.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

- 5.1. O valor poderá ser reajustado anualmente, tomando-se como data-base a do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º da Lei 14.133/2021, ou em caso de desequilíbrio econômico-financeiro.
- 5.2. Será utilizado o índice IPCA, divulgado pelo IBGE, ou índice substituto oficialmente adotado.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

- 6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

- 7.1. A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.2. Com base no artigo 12, do Decreto Municipal nº 198/2023 que regulamenta a Lei 14.133/2021, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, em aspectos técnicos administrativos, especialmente:
- 8.2.1. Acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
 - 8.2.2. Manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
 - 8.2.3. Recepcionar da Contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no instrumento contratual e encaminha-los ao Gestor do contrato;
 - 8.2.4. Conforme o caso, realizar ou aprovar o fornecimento efetivamente realizado, em consonância com o previsto no contrato, recebendo o objeto mediante termo assinado pelas partes;
 - 8.2.5. Realizar na forma do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado;

- 8.2.6. Manifestar-se a respeito da suspensão da execução contratual quando solicitado;
- 8.2.7. Adotar medidas preventivas de controle dos contratos, conforme Decreto Municipal;
- 8.2.8. Registrar, em livro próprio, todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhados os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.2.9. Determinar a substituição, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem problemas resultantes de sua execução;
- 8.2.10. Rejeitar no todo ou em parte, o fornecimento do objeto e a execução dos serviços em desacordo com as especificações contidas no termo de referência;
- 8.2.11. Exigir e assegurar o cumprimento das cláusulas e dos prazos previamente estabelecidos no contrato;
- 8.2.12. Comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 8.2.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 8.3. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.
- 8.4. Ficam designados os servidores públicos, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRÍCULA
SEDUC	JORGE GIL SOUZA E SILVA	SUBDIRETOR	63357
SEDUC	WALKIRIA DA SILVA	SECRETARIO ADMINISTRATIVO	66086

GESTOR:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SEDUC	LUCAS CHRISTIANO DA SILVA QUIRINO	ASSESSOR DE SECRETÁRIO	67380
SEDUC	MARCOS PETRONILIO DE JESUS	SUBDIRETOR	66257

8.5. DO GESTOR DO CONTRATO

8.5.1. Compete ao Gestor do Contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 45/2024, administrar o contrato desde sua concepção até sua finalização, em todos os aspectos administrativos, especialmente:

- Acompanhar a manutenção, pela Contratada, das condições estabelecidas no instrumento convocatório, no contrato e nas exigências legais pertinentes;
- Conferir a importância a ser paga, constante nos documentos comprobatórios da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste emitido pelo Fiscal do Contrato;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, observando o prazo de até 1 (um) mês ou aquele previsto no contrato para emissão das decisões administrativas;
- Manter controle atualizado dos saldos de empenho e dos pagamentos efetuados, evitando a execução de serviços ou o fornecimento sem o devido empenho prévio;
- Orientar os Fiscais do Contrato no desempenho de suas atribuições;
- Promover o atesto das notas fiscais e faturas, em conjunto com o Fiscal do Contrato, quando for o caso, para comprovação do cumprimento das obrigações contratuais;

- Promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão previsto no art. 13 do Decreto Municipal nº 45/2024, após a assinatura do contrato;
- Providenciar, quando necessário, a formalização de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- Realizar o controle do valor e da atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para fins de registro;
- Receber definitivamente as aquisições, serviços ou entregas sob sua responsabilidade, observando o disposto no Capítulo IV do Decreto Municipal nº 45/2024; Subsidiar o Ordenador de Despesas na aplicação de penalidades decorrentes de inexecução parcial ou total do contrato;
- Verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias por parte da Contratada;
- Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações pertinentes, conforme o caso.

8.5.2. Exercer quaisquer outras atividades compatíveis com a função que lhe sejam legalmente atribuídas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Não será exigida garantia conforme arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O contrato disciplinará, de forma detalhada, as condições, prazos e regras aplicáveis à execução do objeto, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

10.3. A vigência contratual poderá ser prorrogada sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais, até o limite máximo de 05 (cinco) anos, conforme o disposto no artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. A prorrogação de que trata o item anterior dependerá de **justificativa formal da Administração**, da avaliação do interesse público e da disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 119, 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

11.1.1. Efetuar a confecção, o fornecimento e a instalação das persianas, observando o prazo estipulado, as especificações técnicas e demais condições previstas neste Termo de Referência, respondendo integralmente pela qualidade dos produtos e pela adequada execução dos serviços.

11.1.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

11.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item ou serviço que apresentar vícios, defeitos, incorreções ou estiver em desacordo com as especificações exigidas.

11.1.4. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Barreiras ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado.

11.1.5. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Prefeitura Municipal de Barreiras.

11.1.6. Não veicular publicidade acerca do objeto contratado, salvo com prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Barreiras.

11.1.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo transporte até o local indicado, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

11.1.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

11.1.9. Cumprir as normas de segurança nas dependências da Prefeitura Municipal de Barreiras, devendo apresentar seus funcionários identificados por crachás e/ou uniformizados.

11.1.10. A Contratada deverá dispor de equipe técnica suficientemente capacitada para a execução dos serviços de instalação das persianas, garantindo a correta fixação e acabamento, conforme especificações deste Termo de Referência.

11.1.11. Para fins de execução contratual, a Contratada deverá indicar formalmente, antes do início da prestação dos serviços, o preposto responsável perante a Administração, informando endereço de e-mail e telefones para contato. Qualquer alteração do preposto deverá ser imediatamente informada.

11.1.12. A fiscalização ou o acompanhamento dos serviços por parte da Contratante não excluem ou reduzem a responsabilidade exclusiva da Contratada pela perfeita execução do objeto.

11.1.13. Após a instalação de todas as persianas, a Contratada deverá realizar testes que comprovem seu perfeito funcionamento, incluindo verificação de alinhamento, movimentação, fixação e controle de abertura, fornecendo documento com o resultado das verificações.

11.1.14. Concluídos os serviços, a Contratada deverá realizar limpeza geral do ambiente e revisão dos acabamentos antes do recebimento provisório.

11.1.15. Para qualquer serviço mal executado, a Contratante poderá solicitar a modificação, refazimento ou substituição, sem qualquer direito a ressarcimento adicional ou prorrogação de prazo pela Contratada.

11.1.16. Fica assegurado à Contratante o direito de:

11.1.16.1. Solicitar a retirada imediata de qualquer profissional que não atenda às exigências Técnicas ou disciplinares, sem que isso implique prorrogação de prazo.

11.1.16.2. Determinar a suspensão dos serviços caso não seja atendida, em até 48 horas, qualquer reclamação sobre defeito essencial no serviço executado ou material instalado.

11.1.17. A Contratada deverá interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que a Contratante assim determinar ou autorizar, desde que por escrito.

11.1.18. Quaisquer modificações necessárias durante a execução dos serviços, decorrentes de situações imprevistas, somente poderão ser realizadas mediante autorização da Contratante e ocorrerão às expensas da Contratada.

11.1.19. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá garantir que seus funcionários utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados.

11.1.20. Manter comunicação formal por escrito com a Contratante, ressalvados entendimentos verbais motivados por urgência, os quais deverão ser imediatamente confirmados por escrito.

11.1.21. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade urgente e prestar os esclarecimentos que forem necessários.

11.1.22. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer fato extraordinário ou anormal ocorrido durante a execução, para adoção das medidas cabíveis.

11.1.23. Aceitar nas mesmas condições contratuais eventuais acréscimos ou supressões, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Constituem obrigações da Contratante, além das constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

12.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada para a fiel execução do contrato.

12.3. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à confecção, entrega e instalação das persianas.

12.4. Receber o objeto contratado, realizando as verificações necessárias para fins de recebimento provisório e definitivo.

12.5. Solicitar o reparo, correção, remoção ou substituição das persianas que apresentarem vícios, defeitos, incorreções ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas, podendo rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue.

12.6. Assegurar acesso aos locais onde devam ser executados os serviços, permitindo a entrada do pessoal autorizado pela Contratada, desde que devidamente identificados, tomando todas as providências necessárias para a adequada execução.

12.7. Supervisionar o fornecimento e a instalação, por intermédio da Secretaria solicitante, acompanhando as etapas de execução.

12.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, conforme as cláusulas deste Termo de Referência e nos termos de sua proposta.

12.9. Efetuar os pagamentos à Contratada conforme condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.10. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado pela Contratada, desde que todas as obrigações contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO OBJETO

13.1. As persianas deverão ser entregues parceladamente nas Unidades Escolares e sedes administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e ao Fundo Municipal de Educação, abrangendo todo o território do Município de Barreiras – BA, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Os endereços e localizações serão informados pela Secretaria no momento da solicitação.

13.2. Condições de instalação

13.2.1. A instalação das persianas será realizada parceladamente, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação, sem prejuízo às atividades escolares, podendo ocorrer em finais de semana, feriados e períodos de recesso, sempre que necessário.

13.2.2. A instalação das persianas deverá observar as medidas apresentadas por cada Unidade de Ensino, conforme os memorandos anexados ao processo, sendo de responsabilidade da empresa vencedora proceder à conferência das medidas por meio de nova medição in loco antes da instalação.

13.3. Recebimento e conferência

13.3.1. O Setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação designará servidor responsável pelo recebimento e conferência das persianas entregues, verificando o atendimento às especificações deste Termo de Referência e atestando sua conformidade.

13.4. Condições do produto entregue

13.4.1. As persianas deverão ser novas, entregues em suas embalagens originais e lacradas, assegurando a integridade e originalidade do produto. As embalagens devem conter identificação do material, lote, fabricante, data de fabricação, procedência e demais informações exigidas pela legislação vigente.

13.5. Materiais utilizados

13.5.1. Todos os materiais utilizados para instalação das persianas deverão ser novos e de primeiro uso, observando rigorosamente as especificações técnicas de fabricação e utilização.

13.5.2. Sempre que possível, os materiais empregados deverão possuir certificações ambientais ou atender a padrões reconhecidos de sustentabilidade, bem como apresentar baixo nível de emissão de poluentes e ausência de substâncias nocivas à saúde.

13.5.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais durante o transporte, instalação e eventual descarte de materiais, incluindo a destinação adequada de embalagens e resíduos gerados.

13.6. Não conformidade – recebimento provisório

13.6.1. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta ou com defeito, ou ainda incompleto, não será emitido o Termo de Aceitação, sendo o pagamento suspenso até a regularização.

13.7. Procedimentos de verificação técnica

13.7.1. A empresa contratada realizará a desembalagem, instalação e ajustes necessários das persianas para verificação de funcionamento, sob supervisão do servidor responsável designado pela Secretaria.

13.7.2. Cada unidade entregue será avaliada com base nas especificações deste Termo de Referência, comprovando-se sua conformidade e plena funcionalidade.

13.8. Hipóteses de rejeição

13.8.1. O produto será recusado nas seguintes hipóteses:

- a) entrega em desacordo com as especificações técnicas;
- b) identificação de que qualquer componente não seja novo;
- c) apresentação de defeitos durante testes e verificações.

13.9. Responsabilidade sobre entrega e transporte

13.9.1. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto, incluindo frete, transporte, carregamento, descarregamento e demais despesas, será de inteira responsabilidade da Contratada. A movimentação das persianas até o local indicado será realizada exclusivamente pela Contratada, sem fornecimento de mão de obra pela Secretaria.

13.10. Recusa do produto e substituição

13.10.1. Os produtos entregues em desacordo com este Termo de Referência ou com a proposta vencedora serão rejeitados, devendo ser substituídos pela Contratada sob pena de aplicação de penalidades.

13.11. Prazo para substituição

13.11.1. Constatada qualquer incompatibilidade, a Contratada deverá substituir o material, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem que isso implique prorrogação do prazo contratual. O processo de verificação será repetido até a total regularização e aceite definitivo.

13.12. Descumprimento do prazo de substituição

13.12.1. O não cumprimento do prazo de substituição ou a nova entrega de produtos inadequados caracterizará atraso, ensejando aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência. Havendo recusa da empresa em substituir os produtos, a Administração poderá aplicar as penalidades cabíveis.

13.13. Serviços de instalação

13.13.1. Todos os serviços necessários para a instalação das persianas — incluindo fixação, acessórios, suporte, nível adequado e ajustes — serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

14.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

15.1.É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- 16.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 16.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 16.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 16.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou execução do contrato;
- 16.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 16.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Conforme a Lei nº 14.133/2021 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- 16.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos: II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021);
- 16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021).

16.2.4. Multa:

16.2.4.1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

16.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, § 9º);

16.4. As sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, a saber, advertência, impedimento de licitar e contratar bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública, poderão ser aplicadas cumulativamente as peculiaridades do caso concreto (art. 156, §7º);

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º):

- 16.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.6.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 16.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.6.4. Os danos que dela provierem para a Contratante;
- 16.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo de referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

16.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não é admitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens/materiais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 03.08.01 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 03.08.01 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2031 – Gestão da Secretaria de Educação

Classificação da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de Impostos

Unidade: 03.08.02 – FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2038 – Gerenciamento e Aprimoramento das Ações do Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2039 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2041 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2048 – Gestão e Manutenção das Ações do Ensino em Tempo Integral

Classificação da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de Impostos – despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Fonte de Recurso: 1540 – Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos

Fonte de Recurso: 1542 – Transferências do FUNDEB – complementação da União - VAAT

Fonte de Recurso: 1543 – Transferências do FUNDEB – complementação da União - VAAR

Fonte de Recurso: 1550 – Transferência do Salário Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(Em papel timbrado da empresa)

[Denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[Endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Barreiras/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL			
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.